AS EXIGÊNCIAS

Liliana Lavoratti, do Rio de Janeiro

Desde o final da década de 1970, a indústria brasileira não vivia uma situação tão favorável aos investimentos como os previstos para este e os próximos anos. O momento, entretanto, coincide com algumas luzes amarelas. Afinal, os caminhos que estão sendo trilhados finalmente levarão o País às transformações estruturais para uma maior e melhor inserção no comércio mundial, ajudando a sustentar o crescimento?

A participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) atingiu o pico no final do "milagre econômico", nos anos 1980 — quando a política de substituição das importações fez o setor responder por 37% das riquezas do País — e oscilou várias vezes até cair para 25,4% do PIB, em 2009, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com um desenvolvimento intermediário e a "indústria nascente" superada, é hora de escolhas mais difíceis e de concentrar esforços em capacitação tecnológica e institucional, por parte de empresas e do Estado, para dar o salto de qualidade pretendido.

Os alertas são vários. Fora as mudanças no comércio mundial — com a China interferindo na demanda e na oferta —, alguns fatores conjunturais internos dificultam a subida dos próximos degraus. A começar por uma dicotomia: embora o perfil do PIB se aproxime mais dos países desenvolvidos — os serviços já somam 68,5% das riquezas —, a pauta de exportações se parece mais com a de economias emergentes, com ênfase na "primarização" e queda da participação dos manufaturados.

QUEDA

As exportações brasileiras de manufaturados têm perdido peso relativo no total exportado desde 2007, fenômeno que se acelerou ano passado com a forte retração na demanda global. "Mesmo depois de superados os efeitos da crise, nossas exportações de maior valor agregado tendem a continuar diminuindo, pois estamos perdendo competitividade nessa área", constata o ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. "Outro fator considerável é o acirramento da concorrência global. Muitos *players* adotaram uma agenda mais agressiva de promoção de suas exportações nos últimos dez anos", acrescenta. E a recuperação das economias norte-americana e europeia ainda é lenta.

Em termos macro, são remotas as possibilidades concretas de desate do nó do "câmbio defasado", um dos principais fatores que jogam contra a competitividade da produção nacional no mercado mundial. O custo do dinheiro também permanece alto, mas isso não impede a ampliação do crédito para o consumo, observa Renato Baumann, professor de Economia Internacional da Universidade de Brasília (UNB) e diretor do escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

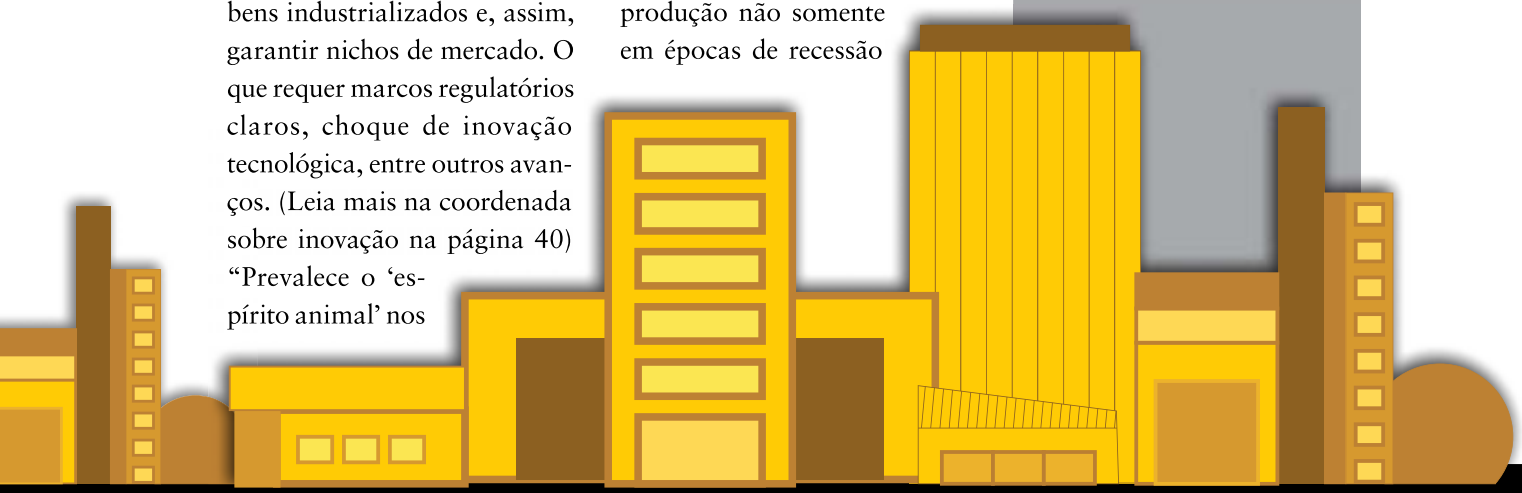
"A combinação desses elementos gera

efeitos positivos e negativos. Por um lado, ajuda a sustentar a demanda interna, mas, por outro, é um modelo centrado em consumo e não em investimentos, principalmente por parte do setor público", afirma Baumann. E uma mudança radical no quadro mais geral está descartada — até mesmo pelos principais candidatos à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de outubro.

Um diagnóstico circunscrito ao setor industrial aponta o aumento da competitividade como o maior desafio, o que está relacionado à inserção no comércio internacional, pois o mercado interno vai muito bem. E, por sua vez, o dilema da queda da presença dos manufaturados na pauta se mantém no âmbito da necessidade de qualificar o perfil da oferta dos bens industrializados e, assim, garantir nichos de mercado. O que requer marcos regulatórios claros, choque de inovação tecnológica, entre outros avanços. (Leia mais na coordenada sobre inovação na página 40) "Prevalece o 'espírito animal' nos empresários, mas perduram problemas clássicos como o chamado 'custo Brasil', a carga tributária excessiva, a insuficiente infraestrutura logística", diz José Augusto Coelho Fernandes, diretor executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dentre os entraves internos, alguns são elementares, como a variação dos tamanhos dos números de peças de vestuário, por falta de padronização. "Um país exporta o que produz. Arrumar a casa é primordial para conquistar espaço lá fora", destaca Lia Valls Pereira, coordenadora do Centro de Estudos do Setor Externo do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas. Segundo ela, quanto mais disseminada a "cultura exportadora" — enxergar o mercado externo como destino da produção não somente em épocas de recessão

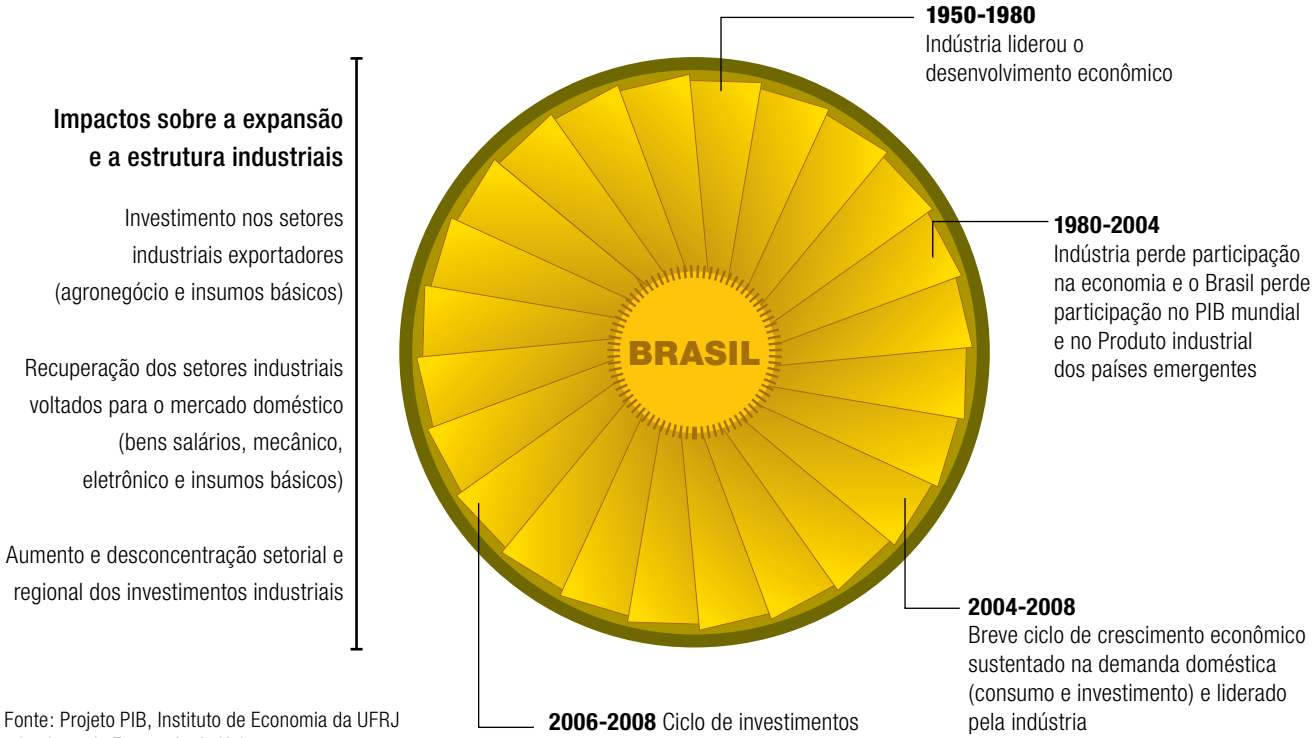
O "câmbio defasado" é um dos principais fatores que jogam contra a competitividade da produção nacional no mercado Mundial



PARA CRESCER

INDÚSTRIA

motor de crescimento e de desenvolvimento econômico
e social nos países emergentes



Fonte: Projeto PIB, Instituto de Economia da UFRJ e Instituto de Economia da Unicamp

interna —, maiores serão os benefícios ao País, pois a concorrência internacional força a eficiência das empresas.

Identificação

O momento é de indagação. Com qual identidade o País vai ampliar sua presença no comércio mundial é uma questão muito oportuna, destaca a pesquisadora do IBRE. "A Índia se firmou no mercado internacional como um produtor de *softwares* e exportador de cérebros. Mas o que diferencia o Brasil?", argumenta Lia. Reconhecido como detentor de uma matriz limpa de energia — está na frente na produção e uso do etanol como combustível, além da predominância de hidrelétricas —, o Brasil ainda não é reconhecido mundialmente como grande produtor de tecnologias limpas. "Podemos explorar também a vantagem da produção ecológica, mas as indústrias precisam seguir os padrões internacionais", acrescenta a pesquisadora do IBRE.

O que está claro, por enquanto, é que o Brasil não quer ser o México. Por vários anos seguidos, aquele país atraiu elevadas somas de recursos externos voltados a processos produtivos conhecidos como "maquillas" — fábricas que funcionam como uma espécie de linha de montagem de manufaturas destinadas à exportação, com todos os componentes importados. "A participação do México nas exportações mundiais de manufatura cresceu, mas a fatia da indústria no PIB doméstico não, porque diminuiu o valor adicionado internamente", afirma a pesquisadora do IBRE. Para evitar isso por aqui, no passado, os governos fixavam índices de nacionalização nos insumos de várias cadeias produtivas. "Predominou a preocupação de

que a entrada de investimentos estrangeiros diretos resulte em geração de renda. Se a opção fosse pelas 'maquillas', a instalação de Zonas de Processamento de Exportação teria sido facilitada", constata Lia.

E o papel de celeiro do mundo? Não há dúvida de que vender *commodities* é importante, pois traz divisas estrangeiras, mas dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) já apontam um recuo da participação da agricultura no mercado mundial, declara Lia. O que tem crescido é a participação de alimentos processados, no qual o Brasil tem se posicionado melhor ultimamente. (Leia mais na coordenada sobre agroindústria na página 34).

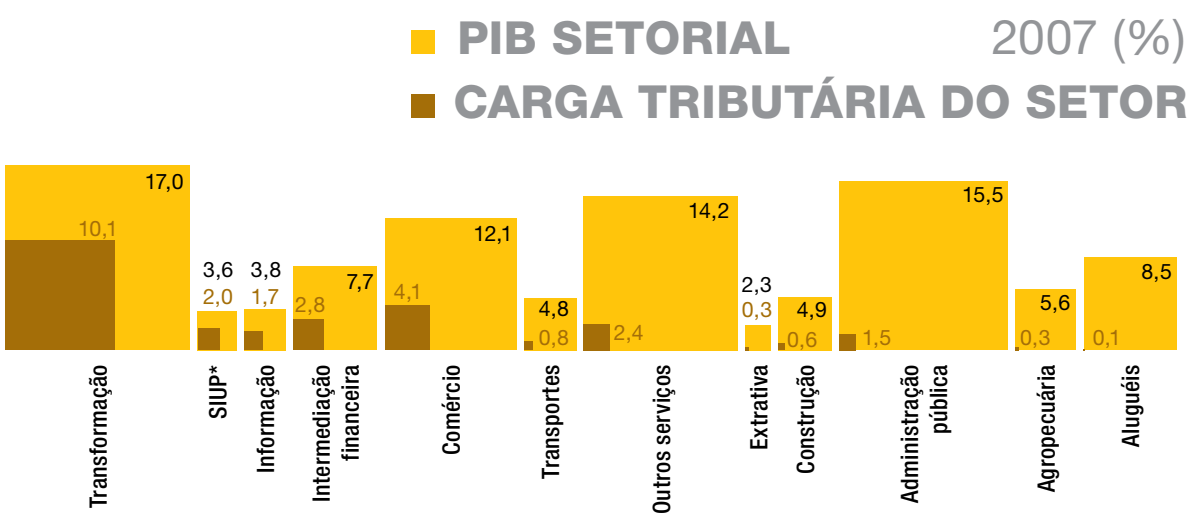
Como as demais economias diversificadas, a brasileira tem áreas de ponta convivendo com outras muito atrasadas. "Em 60 anos de industrialização, o País conseguiu criar um sistema produtivo com muitas virtudes, mas é manco porque dependemos demais dos produtos básicos, embora os produtores tenham evoluído nos últimos anos", ressalta Glauco Arbix, coordenador do Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). "Antes, os bois iam em pé nos navios para o exterior. Hoje, o Brasil é o maior exportador de carne bovina e suína, com sistemas sofisticados de abate e distribuição. Mas as *commodities* continuam limitando a nossa economia", completa.

Diferenças

Ricardo Sennes, sócio da Prospectiva Consultoria Internacional, relativiza a retração do peso dos industrializados nas exportações. "Quando olhamos os setores, diferenças relevantes são detectadas. Existe correlação direta entre a empresa se manter competitiva lá fora e um padrão alto de inovação em processos e produtos. Esse movimento é crescente e maltrata quem fica fora dele", esclarece. As dez empresas brasileiras que mais registraram patentes no Brasil e no exterior nos últimos anos são internacionalizadas.

É preciso avaliar os variados conteúdos tecnológicos e o valor agregado da produção industrial exportada — baixa, média ou alta tecnologia, segundo Sennes. "Na média vamos bem? Não, mas isso não quer dizer que a indústria esteja condenada e refluindo como um todo. Alguns nichos se posicionam bem e outros não", argumenta Sennes.

Por isso, quando se fala em pauta desindustrializada, depende da pauta. As exportações para a América do Sul — onde preponderam as manufaturas e semi-industrializados de média e alta densidade tecnológica, como automóveis e têxteis —



Fonte: Decomtec/Fiesp

* Serviços Industriais de Utilidade Pública

são uma coisa, para os Estados Unidos e países da Europa o perfil é outro por causa da perda de conteúdo tecnológico, embora os industrializados mantenham cerca de 50% da pauta. No caso da Europa, os manufaturados caem ao redor de 30% do total das vendas. Conteúdo tecnológico e valor agregado despencam no comércio do Brasil com a Ásia. O peso dos industrializados fica perto de zero nas exportações para a China — 68% são de minério de ferro e soja, e o restante de suco de laranja e carnes. "É a pior situação", diz Sennes.

Esse fenômeno não atinge, exclusivamente, os produtos brasileiros, pois a China retira espaço de outros países em vários mercados e não somente nos Estados Unidos, sublinha o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em números absolutos, as vendas aos EUA cresceram continuamente, nos últimos dez anos, com exceção de 2009, período impactado pela crise internacional. "Mas em 2010 começamos a recuperar terreno: no primeiro semestre, as exportações para os norte-americanos subiram 23,7% em relação ao mesmo período do ano passado. A participação relativa diminuiu porque exportadores e governo realizaram um enorme e bem-sucedido esforço de diversificação dos países de destino de nossas vendas externas", justifica Miguel Jorge.

PRIORIDADE AO MERCADO INTERNO

Há duas décadas a indústria brasileira não investia tanto na expansão de sua capacidade de produção quanto agora. Mas com um detalhe: os projetos estão concentrados em segmentos industriais voltados ao mercado interno.

Os descaminhos da economia brasileira desestimularam as empresas a direcionar recursos para a formação bruta de capital fixo desde o final dos anos 1970. O Plano Collor (1991) abriu a economia, mas com uma taxa de câmbio desfavorável às exportações. Da mesma maneira, o Plano Real (1994) também não impulsionou esses investimentos, que ficaram restritos à substituição das máquinas existentes.

Os dez anos que se seguiram à flexibilização cambial, a partir de 1999, embora com crescimento econômico mundial benéfico às exportações, não resultaram em modernização do parque industrial brasileiro. A política de juros elevados para enfrentar a ameaça de volta da inflação segurou os planos das empresas por um período razoável.

O "apagão" de energia, o 11 de setembro e o medo do mercado em relação aos rumos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, continuaram inibindo os projetos do setor. A manutenção, pelo governo petista, dos fundamentos da política macroeconômica praticada por Fernando Henrique Cardoso — metas de inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal — começou a mudar o ânimo, mas não foi suficiente para uma virada na situação.

Embora com um mercado interno fraco, a indústria brasileira respondeu bem à recuperação da economia mundial a partir de 2003. No entanto, não investiu pesado na ampliação da capacidade de produção. "As empresas ainda não estavam acostumadas a utilizar como hoje os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social", constata Aloisio Campelo, coordenador de Sondagens Conjunturais do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O crescimento da economia brasileira sem a ampliação da capacidade de oferta acabou alimentando a alta de juros no final de 2004. O freio na demanda para conter a inflação fez com que a indústria, que apontava crescimento de 5% a 6% naquele ano, sofresse as consequências da "arrumação" no âmbito macroeconômico, observa Campelo. O desempenho do setor ficou ao redor de 3% ao ano até meados de 2006, quando o Banco Central reduziu a Selic.

"A estabilidade nos fundamentos macroeconômicos possibilitou às indústrias enxergar um horizonte maior para seus projetos", afirma o pesquisador do IBRE. Por isso, 2007 e 2008 foram os primeiros anos desde o final da década de 1970 que o setor voltou a investir forte. "A indústria cresceu junto com o aquecimento do mercado interno, em boa parte empurrada pelo maior acesso ao crédito ao consumidor, programas sociais de transferência de renda e redução da pobreza", explica.

Futuro

O peso das manufaturas nas exportações brasileiras passou de 44,80%, em 1980, para 54,2%, em 1990, continuou subindo — em 2000, representava 59% do total — e começou a cair a partir desta década. Em 2009, era de 44% e de janeiro a junho de 2010 estava em 40,5%. Nas exportações mundiais de manufaturas o Brasil participou com 0,7% do valor total, em 1980, e com 0,8%, em 2008, conforme dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Para o diretor da Cepal, a questão não é se a primarização da pauta é boa ou ruim para o Brasil, mas como ter uma inserção internacional mais eficiente. "Não há nada de errado ser rico em recursos naturais. Os nórdicos concentraram riquezas vendendo recursos naturais e a América Latina pode encontrar um bom caminho aproveitando essa vantagem", afirma Baumann. "Outra questão é o que se faz com os dólares obtidos com as exportações."

Com ele concorda David Kupfer, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Um dos grandes eixos das transformações do Brasil na próxima década é a inclusão na economia mundial. Progressos podem acontecer não somente com a integração produtiva nas cadeias globais, mas com a integração sul-americana com cadeias produtivas regionais", avalia o acadêmico, que coordenou o Projeto Perspectivas do Investimento no

Tudo caminhava bem até que no final de 2008 a indústria foi novamente atingida pela crise financeira mundial. Predominou a cautela e a maioria dos planos de expansão foi paralisada. No ano passado, a produção industrial caiu 7,4% em relação a 2008 — a maior queda anual desde 1990, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Agora o que está acontecendo é uma retomada intensa dos projetos que estavam engavetados, mas com um viés bem acentuado: a concentração em segmentos direcionados ao mercado interno, aquecido, entre outras razões, pelo *boom* do crédito ao consumidor. É o que indica a Sondagem de Investimentos da Indústria realizada entre abril e maio deste ano pelo IBRE.

De acordo com a pesquisa, essas indústrias foram as que voltaram a investir mais rápido a partir do final de 2009 e as com maior intenção agir da mesma forma neste ano. Entre elas, as de eletroeletrônicos, produtos da linha branca, automóveis e outros materiais de transporte, também beneficiados pela desoneração de tributos promovida pelo governo. Expansão da capacidade de produção (40%), aumento da eficiência produtiva (28%) e substituição de máquinas e equipamentos (18%) foram as motivações mais citadas pelas 789 empresas consultadas.

"Os pequenos surtos de investimento em capital fixo, ocorridos no final dos anos 1990 e início de 2000, tiveram como foco o mercado externo. Agora, o foco é o mercado interno, caso dos bens de consumo não-duráveis, que dependem basicamente do nível da massa salarial", comenta Campelo. Ao contrário de 2004 e 2005, quando as metalúrgicas produziam olhando o exterior, hoje o aumento da produção se dá em vigas e vergalhões, basicamente consumidos pela indústria da construção civil, também em ascensão. O efeito desse movimento aparece ainda em bens de capital, um dos últimos a se recompor após a crise mundial.

As perspectivas para 2010 e 2011 são boas. "O mercado interno continuará relevante no crescimento econômico ao redor de 6% ao ano", diz o pesquisador do IBRE. A CNI projeta 8% de incremento do PIB industrial neste ano. Igual otimismo foi detectado pela Sondagem de Investimentos sobre os planos de expansão da capacidade produtiva para 2010 — projetou 14,6%, em média, o maior porcentual apurado nos últimos anos. Para o triênio 2010-2012, o acréscimo estimado ficou em 23,8%, superior ao previsto ano passado para o triênio 2009-2011 (21,2%), mas inferior à estimativa de 2008 (25,1%).

Essa previsão vai ao encontro de levantamento do BNDES, segundo o qual haverá investimentos recordes na indústria: R$ 549 bilhões de 2010 a 2013. O banco avalia que os segmentos voltados à demanda interna serão os mais beneficiados, acompanhando o crescimento da renda e do consumo das famílias. Mas a diferença entre as indústrias voltadas para o mercado interno e o externo será reduzida em razão da forte recuperação dos preços das *commodities*, observada entre o final do ano passado e início deste ano. (L.L.)

Brasil, promovido pelos Institutos de Economia da UFRJ e da Universidade de Campinas (Unicamp).

A internacionalização de empresas brasileiras deve continuar em ascensão, pois ocorre quase exclusivamente em reduzido número de setores, que consolidaram esse estágio adiantado de implantação de seus parques produtivos. "Uma coisa é a presença da Vale mundo afora, outra é todas as indústrias exportadoras alcançarem atuação global", sublinha Kufper. O momento possibilita ao País a oportunidade de fazer a indústria "sair da casca", abandonar o estágio intermediário.

Na opinião da CNI, a "primarização" das exportações deve ser examinada com cuidado. Se o País encontra mercados para seus produtos a preços excepcionais, é natural que a pauta seja modificada. "Esse é um movimento espontâneo e saudável. O preocupante é quando nos defrontamos com uma involução da exportação de manufaturados por conta de disfunções internas ou uma taxa de câmbio muito valorizada. É por isso que a indústria chama atenção para o nível baixo de poupança, expansão excessiva de gastos correntes, taxa de juros alta e falta de investimentos em infraestrutura", afirma Robson Braga, presidente em exercício da entidade.

China

Não é só o fato de a participação do Brasil nas exportações mundiais de manufaturados não ter aumentado. A questão é a perda de espaço nas vendas de industrializados lá fora para um concorrente especial: a China. Mais da metade da produção mundial de aço bruto é da China, que também começa a produzir laminados e produtos siderúrgicos mais finos. "A China é um dado atual que não pode ser ignorado", afirma Lia.

Nos Estados Unidos, a participação brasileira no total das importações do país apresentou até pequena recuperação, mas a parcela chinesa avançou mais, aumentando a distância entre os dois países no mercado norte-americano, explica Robson Braga. Ele observa que os exportadores brasileiros tiveram participação superior ao dos chineses em apenas nove dos 30 principais capítulos na pauta de exportações brasileiras para os Estados Unidos nos últimos 12 meses terminados em março de 2010.

O NOVO PERFIL DO EMPRESÁRIO

O antigo empresário, protegido pelo Estado, perdeu muito espaço nos últimos 20 anos, afirma Wagner Iglecias, cientista político e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP). Muitos saíram de cena. Mantiveram-se os que tornaram suas empresas bastante competitivas — especialmente no mercado externo. Iglesias destaca que, ao mesmo tempo, surgiu uma nova geração de empresários, de pequeno e médio porte — em geral no setor terciário, mas presente também no industrial —, que chegou ao mercado sob os padrões de competitividade, produtividade, empreendedorismo, inovação, foco no cliente e internacionalização. "Eles são parte dos novos paradigmas produtivos e organizacionais que a economia brasileira tem vivido nas duas últimas décadas", acrescenta.

O empresariado do agronegócio ilustra bem essa situação. "Sem considerar ideologia ou posicionamento frente à questão da terra, o fato é que como empreendedores, muitos segmentos empresariais do agronegócio são extremamente competentes. A velha figura do fazendeiro de bota e chapelão não existe mais. Até porque há uma sucessão geracional no empresariado agropecuário no Brasil. E a nova geração é internacionalizada, sabe da importância do investimento tanto em tecnologia quanto em *lobby* nas organizações multilaterais que regulam o comércio internacional", comenta o acadêmico.

Essas mudanças resultaram também da internacionalização do setor, hoje sensivelmente maior do que há duas décadas, quando se deu a desregulamentação da economia. Os fluxos de investimento externo direto no Brasil são crescentes nesse período, bem como os investimentos das empresas brasileiras no exterior. "As fusões e aquisições fizeram com que muitas empresas nacionais passassem para o controle estrangeiro, bem como aquelas que originalmente não operavam no país vieram para cá", explica Iglecias. (L.L.)

"Esse desempenho é pior do que o observado em 2009, quando os fornecedores brasileiros superavam os chineses em 11 capítulos. Apenas em dois setores de bens manufaturados de maior conteúdo tecnológico as exportações brasileiras são superiores às chinesas: aeronaves e outros aparelhos aéreos e armas e munições. Ainda assim, no caso das aeronaves a participação brasileira vem caindo, enquanto a chinesa apresenta ligeiro aumento", conta Braga.

Marca

Mas o que falta ao Brasil? "Somos o maior exportador mundial de suco de laranja, mas os consumidores norte-americanos não sabem quando compram o nosso suco. Falta criar uma marca Brasil. Para a soja é dispensável, mas para máquinas e calçados, por exemplo, é fundamental", sublinha a pesquisadora do IBRE. Outra providência é facilitar o acesso das micro e pequenas indústrias ao mercado externo, e isso depende de incentivos oficiais.

São inúmeros os programas de incentivo dos governos federal e estaduais para exportação, mas os resultados mostram-se questionáveis. "Infelizmente, não faltam ideias nem programas, mas a continuidade e avaliação dessas iniciativas carecem de seriedade", afirma Lia. Sem contar o excesso de burocracia, que ainda impede as empresas de usufruir dos benefícios concedidos nesses programas. Queixa recorrente dos empresários nesse sentido são os créditos relativos à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações.

As exportações de manufaturados tiveram enorme impulso no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, quando subsidiadas pelo governo no âmbito do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do regime militar, e em plena vigência da política de substituição das importações. "Não se trata de repetir o passado, mas de implementar programas eficientes", ressalta Lia.

Iniciativas

Uma política industrial de longo prazo poderia ajudar, pois para alguns os pacotes lançados até hoje foram mais uma reação do que propriamente a definição de diretrizes estratégicas. O presidente em exercício da CNI elogia a Lei do Bem e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciada em 2008 e centrada em planos anuais de medidas de simplificação e redução de prazos de procedimentos administrativos. "Mas o problema central é que os temas mais importantes para o setor demandam extraordinário esforço de coordenação entre órgãos governamentais e entre Poderes. Tributação, relações do trabalho, segurança jurídica e marcos regulatórios adequados são vitais para dar competitividade às empresas", alega o presidente da CNI.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior destaca a retomada do debate nacional sobre a necessidade de uma política industrial, com o lançamento da PDP, após mais de duas décadas sem políticas explícitas de desenvolvimento industrial.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO

	US$ milhões FOB	Participação sobre o total geral (%)		
		Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	1.430	85,4	8,0	6,2
1970	2.738	74,8	9,1	15,2
1980	20.132	42,2	11,7	44,8
1990	31.414	27,8	16,3	54,2
2000	55.086	22,8	15,4	59,0
2001	58.223	26,4	14,2	56,5
2002	60.362	28,1	14,9	54,7
2003	73.084	29,0	15,0	54,3
2004	96.475	29,6	13,9	54,9
2005	118.308	29,3	13,5	55,1
2006	137.807	29,2	14,2	54,4
2007	160.649	32,1	13,6	52,3
2008	197.942	36,9	13,7	46,8
2009	152.995	40,5	13,4	44,0
jan./jun. de 2010	89.187	43,4	14	40,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Segundo ele, trata-se de "profunda ampliação" da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. Restam ainda providências básicas: qualificação de mão de obra especializada e uma reforma tributária, "que deve ocupar o centro das atenções do próximo governo federal, dos governos estaduais e do Congresso Nacional", defende Miguel Jorge. "O padrão mundial é não exportar tributo, de qualquer tipo, direto ou indireto", argumenta.

A CNI procura mostrar aos candidatos que não é indiferente para o Brasil ter mais ou menos indústria (Leia mais em presidenciáveis na página 50), ressalta Braga. "Ter a indústria no centro da estratégia é uma forma de crescermos mais e melhor, pois é a fonte principal do progresso técnico, da inovação e da produtividade. Mas para isso não demandamos proteção e incentivo à ineficiência. O que desejamos é isonomia competitiva, infraestrutura adequada, boa qualidade da educação e a mobilização dos instrumentos utilizados por nossos competidores", assevera o presidente da entidade.

Pretensão

Afinal, o Brasil vai conseguir ser a quinta maior potência econômica mundial em 2016, com a indústria ao redor de 25% do PIB, exportando primários com baixo valor agregado? "Por que não? Será que necessariamente temos de percorrer o mesmo caminho das nações mais desenvolvidas 50 anos atrás? Será que não é possível alguns países consolidarem uma economia ao mesmo tempo rural e pós-industrial, pautada nos serviços e em outros ativos?", questiona Wagner Iglecias, professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP).

O Brasil é competitivo em uma série de produtos agropecuários, responsáveis pelo saldo na balança comercial, e a presença brasileira no mercado mundial também é prejudicada pelos subsídios e barreiras às importações impostos pelas nações mais ricas, pondera o acadêmico da USP. Na visão dele, o cerne da questão é saber se, no médio e longo prazo, haverá demanda e, sobretudo, preços para esses produtos. "A situação do Brasil, comparativamente a alguns vizinhos, é privilegiada. O México exporta bens agropecuários, manufaturados e serviços, mas tem praticamente um único cliente, os Estados Unidos. O mais rico do mundo, mas único. A Venezuela tem vários parceiros comerciais pelo mundo, mas um único produto a oferecer — petróleo e alguns de seus derivados", compara. Já o Brasil possui uma gama diversificada de produtos para exportar e uma enorme quantidade de parceiros comerciais.

Para o ministro Miguel Jorge, a redução da participação dos produtos manufaturados nas exportações evolui em ritmo que não deverá afetar o crescimento da economia interna nos próximos anos. Além disso, o País tem plenas condições de ampliar a competitividade da indústria e, assim, elevar as vendas externas de produtos de maior valor agregado.

Ricardo Sennes recorda que o fenômeno da desindustrialização relativa ocorre no mundo todo, e geralmente é acompanhado pelo incremento das exportações de serviços (Leia mais na CARTA DO IBRE, na página 8). "Quanto maior o PIB *per capita* de um país, maior o peso do setor de serviços na economia", complementa. O Brasil, que vem se firmando como exportador de serviços vinculados a negócios — consultoria jurídica, de engenharia de motores, infraestrutura, *design*, tecnologia da informação, serviços médicos, entre outros —, deveria apostar nessa linha para compensar a perda na área industrial. "Claro que a indústria continua tendo papel imprescindível no desenvolvimento estratégico do Brasil, mas é preciso pensar de maneira mais ampla. Além de fomentar a indústria de transformação, fomentar a indústria brasileira de serviços de valor agregado", recomenda.

SEMEANDO TECNOLOGIA

A expressão "frango é milho com asas", utilizada como imagem de que 75% do conteúdo de um quilo de ração são de milho, surgiu com as transformações da agroindústria brasileira. A combinação do frango com o milho, ambos intensivos em alta tecnologia, criaram um futuro em que talvez essa expressão seja insuficiente para exprimir a abrangência dessas mudanças. Alguns produtores do Paraná já conseguiram melhorar ainda mais o desempenho daquela que é considerada a "mais perfeita máquina de rendimento que a ciência criou": o frango, que converte 2,81 quilos de ração por quilo de carne (frango vivo). Eles baixaram esse consumo para 2,2 quilos.

A alta produtividade obtida pelo complexo de carnes (criação e industrialização) não é fato isolado no contexto da agroindústria e do agronegócio, que responde por 23,40% do PIB (US$ 368,98 bilhões, em 2009). O aumento de tecnologia nas lavouras de soja, por exemplo, resultou em uma produtividade agrícola superior a dos Estados Unidos. É o caso das fazendas de soja no Mato Grosso, que conseguem o recorde de 57 sacas por hectare — no Rio Grande do Sul, 43, e no Paraná, 50. "Esse desempenho resulta de uma agricultura de precisão: as máquinas agrícolas atualmente possuem GPS, computador, sistemas de controle da dosagem de adubação, semeadura de alta precisão e colheita, com controle de rendimentos por áreas cultivadas", afirma o pesquisador Mauro de Rezende Lopes, do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

CRESCIMENTO

Outro exemplo é a produtividade de milho, que passou de 2,8 toneladas para oito toneladas por hectare, da década de 1970 para cá. Se as lavouras tivessem permanecido com os mesmos padrões de rendimento por hectare de 1973 — ou seja, antes dos avanços proporcionados pelos estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) —, teriam sido necessários pelo menos cerca de 100 milhões de hectares de terra para produzir a safra de 143 milhões de toneladas estimada para 2010. Segundo Lopes, essa é uma prova concreta de que a pesquisa não só gera benefícios para o consumo, mas também poupa desmatamento.

Entre 1990 e 2009, a área plantada de grãos subiu 1,7% ao ano, mas a produção cresceu 4,7% no mesmo período. Isso alavancou a posição do Brasil no comércio mundial de produtos agrícolas — atrás somente dos Estados Unidos e dos países produtores da Europa — e se refletiu na pauta de exportações: carnes passaram de 6,84% para 18,20% do total (valor e volume), açúcar e álcool saíram de 7,82% para 15% e cereais subiram de 0,39% para 2,81%.

"A soja e a carne de frango exportadas pelo Brasil, assim como outros produtos agrícolas, não são meras *commodities*, mas produtos de alta tecnologia", afirma o pesquisador do IBRE. Segundo ele, quando se fala em "commoditização" da pauta de exportações brasileira é preciso considerar as novas características da produção agrícola. "Exportamos ativos intensivos em ciência e tecnologia, capital humano e financeiro", completa.

Ainda de acordo com Lopes, um grão de soja, milho ou arroz

contém alta tecnologia empregada na geração das sementes e elevado poder de reprodução genética e, portanto, são produtos intensivos em ciência e tecnologia. "Uma colheitadeira custa ao redor de R$ 700 mil, mais do que o investimento de capital de muitas indústrias", destaca o pesquisador. A mão de obra e tudo o que é produzido pela indústria, inclusive a chamada tecnologia mecânica, é nacional — desde a produção da semente até a transformação dos grãos em farelo e óleo de soja.

Esse salto na produtividade agrícola ajudou a empurrar a rentabilidade das demais etapas da cadeia, impulsionando as indústrias fornecedoras de uma agricultura intensa em tecnologia. Nas fases que precedem a produção agrícola, tiveram crescimento expressivo as indústrias de máquinas, de defensivos e fertilizantes e de agroquímicos em geral. O País é um grande consumidor de fertilizantes (22,5 milhões de toneladas ao ano, desde 2003). Com o intuito de reduzir a dependência do mercado externo — 75% de tudo o que é consumido vem de fora —, recentemente o governo lançou o Plano Nacional de Fertilizantes, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A intenção é priorizar a construção de usinas de nitrogenados para a produção de ureia, a exploração de jazidas de fósforo e um marco regulatório para exploração das jazidas de potássio na Amazônia.

O êxito acumulado desde a pesquisa e desenvolvimento até o consumo dos alimentos é transferido para o consumidor



AGRONEGÓCIO 2009 (em US$ bilhões)

	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
A. Produtos da agropecuária não-alimentícios	2,0	0,2	1,8
B. Alimentos *in-natura*	9,9	0,0	9,9
C. Alimentos processados (C1+C2)	16,4	1,8	14,6
C1. Alimentos industrializados	4,2	1,6	2,6
C2. Alimentos semiprocessados	12,2	0,2	12,0

Fonte: Secex. Elaboração: ABIA.

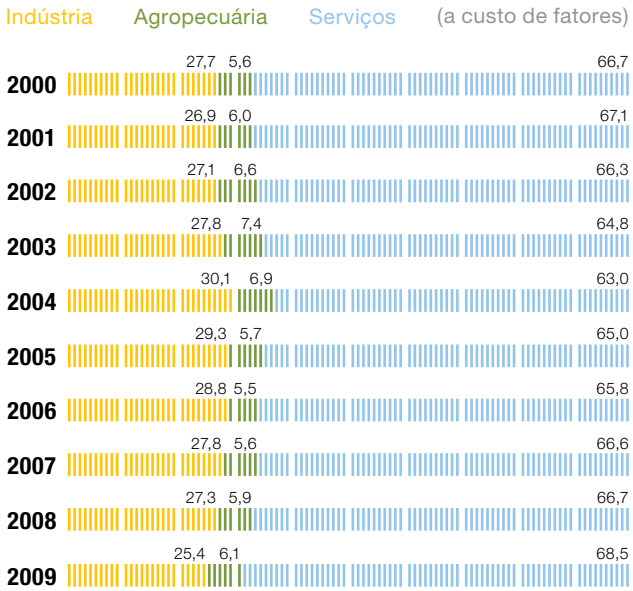
TRATORES

Ao mesmo tempo, o País desenvolveu uma indústria de máquinas e equipamentos promissora, que praticamente dobrou sua produção em dez anos, saindo de 35,501 mil para 66,210 mil unidades em 2009. Os fabricantes do segmento chegaram a exportar ao redor de 30 mil unidades em 2004, 2005 e 2008. A intensificação da mecanização da agricultura ajudou as empresas de máquinas e implementos agrícolas a conseguir economia de escala — baixar o custo unitário de produção —, transformar-se em um setor de ponta e vender para o exterior. Dentre as iniciativas governamentais, uma delas é o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados (Moderfrota), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desde 2000 até o ano passado financiou R$ 17,7 bilhões.

Milton Rego, diretor da Case New Holland Latinoamericana (CNH), líder mundial em máquinas e equipamentos agrícolas, e porta-voz da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), ressalta que os programas governamentais (federais e estaduais) permitiram a aquisição desses bens com custos de financiamento baixos e atrelados à variação dos preços dos produtos agrícolas. "Entre 2009 e 2010, na faixa de tratores de até cem cavalos, teremos um aumento de 20 a 25 mil unidades comercializadas ao ano", enfatiza. Entre outros programas que ajudaram na venda de tratores estão o Trator Solidário (PR), Mais Próprio Trator (SP) e o Pronaf, de estímulo à agricultura familiar, com recursos federais. Além disso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, reduziu os juros para esse tipo de investimento.

A expectativa para este ano é que as exportações fiquem ligeiramente acima do patamar alcançado em 2008, antes da crise mundial, e de vendas no exterior de 15 mil unidades de máquinas agrícolas automotrizes, contra 8,3 mil, em 2009. A Anfavea prevê que a produção total, incluindo o mercado interno, fique em 67 mil unidades. Segundo Milton Rego, algumas das máquinas fabricadas no Brasil não têm concorrência no comércio mundial, caso dos tratores de baixa potência. "Tirando as pequenas propriedades, as práticas agrícolas tendem a utilizar equipamentos que diminuam os tempos de plantio e colheita e proporcionam maior produtividade. Essa já é uma tendência nos Estados Unidos e países da Europa, e também no Brasil, que deu passos largos com o plantio direto", sublinha. "O Brasil não é polo apenas na produção desses equipamentos, como também de engenharia e desenvolvimento. Não devemos nada para ninguém nesse sentido", completa.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB DO BRASIL



Fonte: IBGE

BENEFÍCIOS

As fases do agronegócio pós-agricultura, que englobam a indústria de beneficiamento,

o processamento, a criação e industrialização de carnes, a indústria de alimentos e, por último, as tendências de alimentação, também receberam impacto direto nos últimos anos pela modernização agrícola, observa o pesquisador do IBRE. "Não se trata apenas de uma cadeia física de produção, mas de agregação de valor adicionado, onde existem conflitos entre os vários segmentos envolvidos, mas, sobretudo uma parceria consolidada. Os ganhos de um elo são transmitidos para o seguinte", comenta Lopes.

Como resultado do processo, o êxito acumulado desde a pesquisa e desenvolvimento até o consumo dos alimentos é transferido para o consumidor. No entanto, Lopes lembra que alguns fatores macroeconômicos contribuíram para o Brasil alcançar esse estágio: a abertura da economia (1991/1993), que reduziu a proteção à indústria nacional, estimulando a concorrência interna; o Plano Real (1994), que acabou com o imposto inflacionário, aumentando o poder de compra da população; e o câmbio flutuante (1999), que amenizou a defasagem da taxa cambial, estimulando as exportações.

O Brasil é atualmente o terceiro maior exportador agrícola do mundo e primeiro colocado no comércio mundial de açúcar, café, suco de laranja, álcool e carne de frango e segundo no complexo soja, terceiro em milho e quarto em carne suína. Do descobrimento até o início do século XX, a pauta de exportações agrícolas brasileiras era concentrada em monoculturas, como nas fases da cana-de-açúcar, café e borracha. Estima-se que em 2010 o País deverá ter 44,5% do mercado mundial de carnes.

E tudo indica que a modernização, iniciada nos anos 1970, vai continuar exigindo a competência dos produtores, da indústria e demais segmentos envolvidos. "O papel dos agricultores é decodificar as instruções das tecnologias e vencer a natureza", diz Lopes. E isso eles sabem fazer muito bem, assim como a indústria de insumos e máquinas sabem decodificar a tecnologia biológica e mecânica, conclui. (L.L.)

PAUTA DE EXPORTAÇÃO

AGRONEGÓCIO 2009

	RANKING MUNDIAL		PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO MUNDIAL (%)	QUANTIDADE EXPORTADA (T MILHÕES)
	Produção	Exportação		
Açúcar	1º	1º	62,0	19,5
Café	1º	1º	28,0	1,7
Suco de laranja	1º	1º	68,0	2,0
Álcool	2º	1º	68,0	4,1
Complexo de soja	2º	2º	30,0	39,1
Carne bovina	2º	1º	33,0	1,4
Carne de frango	3º	1º	38,0	3,4
Milho	3º	3º	12,0	6,4
Carne suína	4º	4º	12,4	0,6

EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR PRODUTO

	1997 (%)	2009 (%)
Complexo de soja Açúcar	23,81	26,62
Carnes	6,84	18,20
Açúcar e álcool	7,82	15,00
Cereais	0,39	2,81
Produtos florestais	14,98	11,50
Fumo e subprodutos	7,12	4,70
Café	13,41	6,61
Suco de fruta	4,53	2,71

Fonte: Confederação Nacional da Agricultura.